



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 538/2021

PARECER JURÍDICO

PARTE INTERESSADA: Poder Executivo Municipal

Assunto: Proposição de Projeto de Lei Complementar nº 12 de 06/07/2021

EMENTA: REVOGA O INCISO XI, ART. 4º, DA LEI 1891 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016, ADEQUANDO-O AO ART., 106 DA LOM E DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 5º DA MESMA LEI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

I. INTROITO

1. Trata-se de **Projeto de Lei Complementar registrado sob o nº 12/2021**, que versa sobre a revogação do inciso XI, do artigo 4º, da lei 1891 de 07 de outubro de 2016, adequando-o ao artigo 106 da Lei Orgânica, bem como produz nova redação ao artigo 5º. da lei 1891, de 07 de outubro de 2016 e dá outras providências.
2. A propositura foi protocolizada na Secretaria da Câmara no dia 06 de julho do corrente exercício, juntamente com a mensagem que apresenta as razões para encaminhamento da proposição.
3. Subscrive a proposta o Chefe do Poder Executivo Municipal.
4. Da cronologia processual tem-se: a) projeto de lei com justificativa (fls.02 a 34); e b) despachos eletrônicos (fls. 36 a 40).
5. Com a devida tramitação processual, a Douta Procuradoria Geral solicitou desta Procuradoria análise jurídica e emissão de Parecer sobre a proposição, **fase esta em que se encontram os autos.**
6. Instruindo o feito até o presente momento, **40 (quarenta) laudas.**
7. É a síntese do relatório, passo à análise.

II. PARECER ANALÍTICO

II.1 Da competência da Procuradoria

8. Inicialmente é de se destacar que o escopo desta manifestação jurídica é orientar aos Agentes Públicos quanto às exigências legais para a Prática do ato administrativo sob o aspecto jurídico-formal, vez que não é de competência desta Procuradoria examinar aspectos técnicos, orçamentários e de mérito, inclusive a veracidade das declarações/documentos carreados aos autos em que este parecer será juntado.





9. Lado outro, consigno que esta manifestação toma por base exclusivamente os elementos que constam no feito e que alicerçam o presente parecer, vez que decorrem de atos administrativos que gozam de presunção de legalidade e veracidade, cabendo aos Agentes Públicos, em surgindo questões que carecem de melhor detalhamento, diligenciar para que se busque a excelência na redação.
10. Feito o destaque, é de se dizer que incumbe a esta Procuradoria prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não competindo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração Pública, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.
11. Em sentido simétrico, busco os ensinamentos doutrinários do saudoso Hely Lopes Meirelles, o qual leciona:
- [...] Pareceres administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já, então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinatória, negocial ou punitiva. (MEIRELLES, 2010, p. 197).
12. Celso Antônio Bandeira de Mello conceitua parecer como sendo “*a manifestação opinativa de um órgão consultivo em que este expende sua apreciação sobre o que lhe é submetido*”. (BANDEIRA DE MELLO, 2013, p. 444).
13. Marçal Justen Filho conceitua parecer nos seguintes termos: “*Os atos consultivos são aqueles em que o sujeito não decide, mas fornece subsídios a propósito da decisão. É o caso dos pareceres*” [...] (JUSTEN FILHO, 2012, p. 372).
14. Como de fácil reflexão, o presente parecer busca traçar pontos estritamente legais a respeito da questão posta apresentando, quando possível, elementos que permitam colaborar com o Agente Público, como opinamento, permitindo, pois, entendimento lógico de que, a rigor, não há previsão legal de exercício da função fiscalizatória dos atos administrativos pela assessoria jurídica, exceto quanto ao exame das minutas de instruções jurídicos em geral, analisando as normas pertinentes a cada caso concreto.

II.2 Iniciativa – competência

15. Como de comezinho conhecimento, o Município possui competência para legislar sobre a matéria de interesse local. No caso em análise, a proposição versa sobre reestruturação da norma que regulamenta o Conselho Municipal de Turismo (Lei. 1891/2016), enquadrando-se ao que estabelece o art. 16, inciso I da LOM, que assim dispõe: **Art. 16. Compete ao Município de Marataízes: I - legislar sobre assuntos de interesse local; [...]**
16. Em simetria e reforçando entendimento de legalidade à presente proposição a Carta Municipal ainda dispõe:

Art. 87. A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, que exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 106. Compete privativamente ao Prefeito, além de outras atribuições previstas nesta Lei:





[...]

II - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

[...]

V - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei;

17. Reportando-me à matéria *sub examine* - alteração da lei nº 1.891/2016 -, ainda socorre o Autor o contido no § 1º do art. 259-A da Carta Municipal, *in verbis*:

Art. 259-A O Município incentivará e apoiará o desenvolvimento do turismo através de:

[...]

§ 1º No incentivo e no apoio ao desenvolvimento do turismo, de que trata este artigo, o Município criará o Conselho de turismo, com atribuição de definir as diretrizes da política de desenvolvimento do turismo.

18. Pela evolução retro, entendo não existir vício na presente proposição.

II.2 Da técnica legislativa

19. No que tange à escolha do tipo da norma legislativa, tenho que adequada a escolha, vez que não contraria as Cartas Municipal e Federal, atendendo, ainda, as imposições insculpidas nos artigos 150, *caput*, inciso III e 151, *caput*, Parágrafo único c/c Art. 152, e incisos, todos do Regimento Interno.¹

II.3 Da tramitação e votação da proposição

20. Impõe o Regimento Interno que a presente proposição deverá ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação e de Defesa do Consumidor, da

¹ **Art. 150** A Câmara exerce sua função legislativa por via das seguintes proposições:

[...]

III - Projeto de Lei Ordinária;

Art. 151 As proposições deverão ser redigidas em termos claros e sintéticos e apresentadas em duas vias.

Parágrafo único. As proposições a que se referem os incisos I a V do artigo anterior não poderão conter matéria estranha ao enunciado objetivamente declarado na ementa ou dele decorrente.

Art. 152 Não se admitirão proposições:

I - sobre assunto alheio à competência da Câmara;

II - em que se delegue a outro Poder atribuições do Legislativo;

III - antirregimentais;

IV - que, aludindo a lei, decreto, regulamento, decisões judiciais ou qualquer outro dispositivo legal, não se façam acompanhar de sua transcrição ou cópia, exceto os textos constitucionais e as leis codificadas;

V - quando redigidas de modo a que não se saiba à simples leitura qual a providência objetivada;

VI - que, fazendo menção a contrato, concessões, documentos públicos, escrituras, não tenham sido juntados ou transcritos;

VII - que contenham expressões ofensivas;

VIII - manifestamente inconstitucionais;

IX - que, em se tratando de emenda ou subemenda, não guardem direta relação com a proposição;





Cidadania e dos Direitos Humanos (**Art. 153, R.I.**)², e seguirá os demais tramites regimental, ressaltando que o seu parecer conclusivo ficará cingindo às matérias de sua exclusiva competência.

21. Após a emissão dos pareceres na forma regimental e a posterior inclusão na ordem do dia, a proposutura será votada em turno único de discussão e votação, devendo ficar ressaltado o previsto nos arts. 155 e 157, ambos do Regimento Interno.³.
22. Para compor a plenária que irá analisar a matéria, exige-se quórum mínimo da **maioria absoluta dos Vereadores que compõem este Poder**, sendo necessário para sua aprovação a maioria dos votos presentes (Art. 217 do Regimento Interno).⁴
23. Vale ressaltar, que o Presidente da Mesa Diretora somente terá direito a voto em proposições com *quórum* de maioria simples, quando ocorrer empate, nos termos do art. 82, III, da Lei Orgânica Municipal, e art. 24, §2º, III, e art. 219, §4º, ambos do Regimento Interno.

III. CONCLUSÃO

24. Diante do exposto, esta Procuradoria OPINA pela **POSSIBILIDADE JURÍDICA** em relação à iniciativa, competência, tramitação, discussão e votação do Projeto de Lei Complementar ora analisado, nas razões aduzidas.
25. Lado outro, é de se dizer que a opinião desta Procuradoria Jurídica **não** substitui os importantes pareceres das Doutas Comissões Permanentes, em razão de sua legitimidade política neste Parlamento, possibilitando, pois, produzir análise de mérito da proposição bem como da repercussão política que dela (proposição) incidir.

É como opino, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Augusta Casa Legislativa.

Marataízes, ES, 17 de agosto de 2021.

Às Comissões, com as honras de estilo.

Nelson Morghetti Júnior
Procurador Legislativo

² **Art. 153** As proposições subscritas pela Comissão de Constituição e Justiça não poderão deixar de ser recebidas sob alegação de ilegalidade ou inconstitucionalidade.

³ **Art. 155** As proposições não serão submetidas a discussão e votação sem parecer.

Art. 157 Decorrido os prazos de todas as comissões a que tenham sido enviados, os processos poderão ser incluídos na Ordem do Dia, com ou sem parecer, pelo Presidente da Câmara, de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador independentemente do pronunciamento do Plenário.

⁴ **Art. 217** As deliberações da Câmara e de suas comissões, **salvo disposições em contrário, serão tomadas por maioria dos votos, presente, no mínimo, a maioria absoluta dos Vereadores.**

